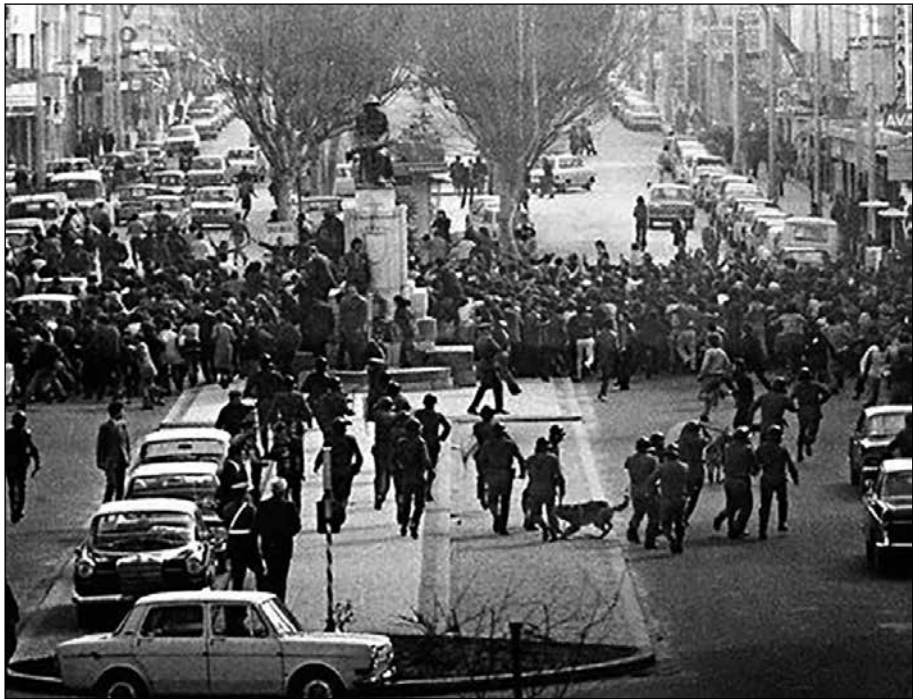


AS OPOSIÇÕES E A GUERRA COLONIAL

Luís Farinha

*Investigador integrado do Instituto de História Contemporânea
(FCSH-UNL)*

Ex- Diretor do Museu do Aljube Resistência e Liberdade



III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, abril de 1973. Carga policial.

Se no Brasil não tivessem surgido (ainda há pouco tempo) pichagens e sido incendiada a estátua de Pedro Álvares Cabral, se em Lisboa não tivesse sido colorida a vermelho a estátua do Padre António Vieira ou se na mesma “Capital do Império” não esteja (ainda hoje) a provocar discussão azeda e debate a reformulação (e apagamento) da Praça do Império, em Belém, (ou mesmo a reivindicada destruição do Padrão dos Descobrimentos), diríamos

que estava concluída a descolonização. Mas como a discussão continua, teremos de concluir que a descolonização – não a material e político-militar, mas a mental, cultural e simbólica –, ainda está por concluir. E que dela teremos de falar enquanto homens e mulheres – de cá e do “outro lado” – sentirem disso necessidade.

Sabem eles e elas que não podem fazer recuar os factos ao tempo da sua ocorrência, embora sintam disso vontade os que sofreram na pele e na bolsa os efeitos severos de uma Guerra Colonial longa de treze anos, desgastante e dura, e de um processo político e social frustrante – que o digam os “retornados”, regressados à sua terra natal, em número de milhares, depois da retirada do Exército português, em 1974-75, ou que o sintam – mesmo que o não digam, por falta de “voz” -, os milhões de “indígenas” que apoiaram as Guerras de Libertação e hoje se veem despojados da esperança que depositaram na ascensão justa dos seus novos países, mergulhados num enorme lago de desesperança e de pobreza e comandados por elites incapazes e corruptas. Ou ainda o milhão de mobilizados (contando os refratários e desertores) que viram as suas vidas estilhaçadas pela monstruosidade de uma guerra longínqua e sem sentido.

Seria então oportuno, como se aventou há não muito tempo, a constituição de uma “Comissão de Verdade” para esclarecer os crimes militares em África e, deste modo, apaziguar as relações políticas e culturais entre os dois lados, com base na “verdade”? Talvez, se afastarmos essa “Comissão de Verdade” dos poderes político-institucionais (militares ou administrativos) e se da História (como disciplina) não tivermos a ideia de um saber judicialista e conclusivo, mas antes de um discurso que tende, naturalmente, a extrair da sua narrativa objetiva, um fio do tempo carregado de contradições e de incongruências, mas por isso mesmo real e verdadeiro.

Bastam, portanto, os estudos pós-coloniais que a historiografia portuguesa (e europeia e mundial) realizou nos últimos anos? Longe disso, ou talvez mesmo o inverso seja verdade, se tivermos em conta o arrastado silêncio que foi mantido sobre a Guerra Colonial – a começar pelo seu nome, que para alguns continua a designar-se de “Guerra do Ultramar” -, sobre o seu significado para quem nela participou diretamente (ou indiretamente, no caso das redes familiares e amigos dos soldados mobilizados), de ambos os lados da barricada, sobre os crimes cometidos, ou sobre os traumas que restaram para quem viveu o ambiente de guerra nas três colónias africanas.

De facto, o discurso mais corrente (explícito ou oculto) – tanto na História como na comunicação social, ou mesmo na memória social partilhada – continua a ser o da exortação glorificadora da ação portuguesa e europeia em África, e muito menos o discurso crítico da colonização nesse Continente. Torna-se, evidentemente, difícil manter a ideia de superioridade civilizacional do branco ou o desígnio de “missão civilizacional” do colonizador, já que os europeus (portugueses incluídos) deixaram a administração dos espaços coloniais há meio século, ou mais. Contudo, a “herança” civilizacional do Ocidente – legitimada pela eficácia do poder das armas que se aceita como imprescindível numa África dividida por “bandos hostis” -, está longe de ser posta em causa nos seus “resultados”, onde normalmente avultam o aumento da média de vida, a irradicação de certas doenças e o desenvolvimento urbano – quase sempre apontado para espaços citadinos como Lourenço Marques, Beira, Luanda ou Benguela, com infra estruturas que rivalizavam com as existentes nas modestas cidades do Continente. Basta que estejamos atentos às numerosas partilhas de ex-colonos sobre as memórias (em *sites* e redes sociais) desses espaços “idílicos”, para percebermos como está longe do fim o esforço que deve ser feito para, dos relatos históricos mais objetivos – com recurso às fontes dos dois lados da barricada-, aplanarmos as incompreensões que resultam da ignorância e assumirmos os diferendos herdados da complexidade da vida.

Um projeto nacional e secular



Plano descolonizador de Manuel José Homem de Melo
– um descontente do regime.

Falar da ideia (e da prática) de anticolonialismo é falar de um processo complexo, por radicar na crítica de uma esfera de valores (subjetivos e/ou coletivos) fortemente implantada, materializados em ações e atitudes ou manifestados e interiorizados de forma simbólica no quadro de uma cultura que tende a ser assumida como dominante e unívoca.

A ideologia colonial portuguesa esteve, desde sempre, ligada à ideia da “missão civilizadora” de Portugal (e do Ocidente cristão), tanto antes como depois do “Ato Colonial” (1930) que implantou a nova ideia de “Império”, embora já velho de muitos séculos. A acrescentar à «autoridade suficiente» para fazer respeitar a «liberdade de comércio e trânsito», exigida pelo “Ato Geral” da Conferência de Berlim, consagravam-se em 1930 os princípios da política colonial que davam legitimidade ao domínio português sobre os territórios ultramarinos e o ato “civilizador” que determinava a diferença entre «cidadãos», «assimilados» e «indígenas». Aí se defendia que a nação, na qual se incluíam as colónias, devia funcionar solidariamente com todas as suas partes, do Minho a Timor, embora em graus diferenciados de acesso à “cidadania”, de acordo com a Lei Orgânica de cada “província”. Iniciava-se nesse momento uma política administrativa que assentava na exclusão da ideia de «colónia» e que vai ter a sua consagração com a integração do “Ato Colonial” na Constituição de 1951 (revista), a qual no seu Título VII tratava “Do Ultramar Português» e, mais tarde, em 1953, na publicação da nova “Lei Orgânica do Ultramar Português”.

A ideia de um Portugal uno e indivisível não é nova, porque já a I República a tinha defendido em leis, práticas e propaganda. A novidade consistiu na atribuição de um caráter constitucional (e definitivo) à posse de colónias que, por esta altura, iniciavam a sua luta de libertação pela autonomia e independência – em Goa, na Guiné e em Angola. Esta nova nomenclatura será utilmente utilizada pelo Governo de Salazar na ONU e em todos os areópagos internacionais onde foi exigindo um tratamento diferenciado para o seu “Império”, perante a exigência de autodeterminação e de independência dos povos colonizados. Para a diplomacia portuguesa, o país não tinha colónias mas sim “províncias ultramarinas”, em tudo semelhantes ao Algarve ou à Estremadura.

Levada até às últimas consequências, esta argumentação pôs de lado todas as tentativas de negociação ou de “transição pactuada” propostas numa primeira fase a Oliveira Salazar pelos movimentos de libertação (em Goa por

Pandita Nehru, na Guiné-Bissau por Amílcar Cabral, em Moçambique por Eduardo Mondlane) e todas as recomendações da ONU e dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, ignorava (ou considerava de alta traição à Pátria) todos os avisos, a princípio tímidos e mais tarde bem audíveis e concludentes, das oposições internas ao regime para que encaminhasse a “questão colonial” de forma a evitar uma Guerra Colonial, considerada desastrosa por vastos setores político-militares no final da década de 50, na altura em que a “questão de Goa” anunciava o caminho dos capítulos seguintes.

A razão para explicar a adesão consentida da hierarquia político-militar e de mais de um milhão de homens que marcharam para a guerra durante treze longos anos – com milhares de mortos, feridos e estropiados pelo meio – tem, desde logo, uma explicação simples: a decisão de partir para a guerra foi preparada longamente com reforços militares significativos nas “províncias ultramarinas” a partir de meados dos anos 50 e ultimada com uma opção belicista em abril de 1961 tomada por um grupo político-militar restrito, onde avultou o discurso de Oliveira Salazar na tomada de posse do novo Governo saído da crise provocada pela “Abrilada de 1961”¹ e o célebre grito de guerra “Andar para Angola e em força!”. Nunca uma decisão tão grave tinha sido tomada por um conclave político militar tão restrito. Houve, desde o início do conflito, refratários e mais tarde desertores em número não despreciando, mas o ambiente que envolveu a grande mobilização militar (assente sobre uma base bem estabelecida de serviço militar obrigatório) tem, desde muito cedo a facilitá-la um caldo cultural favorável e amplamente disseminado na defesa do património colonial, em particular nos meios rurais de onde era oriunda uma parte importante desse contingente militar. Acrescente-se também a avalanche migratória que se sucedeu à II Guerra Mundial em direção às colónias, composta tanto por funcionalismo público e de grandes empresas - os transportes ferroviários são um exemplo -, como de fazendeiros que encontraram, em especial nos planaltos de Angola, a solução para os aflitivos problemas so-

(1) Numa informação dos Serviços Governamentais americanos preparada para J. Kennedy e Dean Rusk (Presidente e Secretário de Estado) considerava-se: “O Gabinete foi expurgado de todos os elementos que criticavam a política reacionária do Governo, tanto interna como ultramarina”. A referência tinha em conta, fundamentalmente o Secretário de Estado Júlio Botelho Moniz que, com o apoio de outros, tentou o afastamento de Oliveira Salazar do Governo entre os dias 11 e 12 de abril de 1961, sem sucesso.

ciais de um excedente demográfico sem saída económica durante as décadas de 50 e 60². Apesar da crónica situação de dependência de Angola (a “Jóia da Coroa” do Império) em matéria de exportação de capitais e de investimentos, o crescimento de alguns setores da economia na década de 60 são significativos e prometedores de um futuro de grande potencial económico – assinala-se o café, o algodão e a extração mineral de ferro, petróleo e especialmente de diamantes.

Pode dizer-se que é, paradoxalmente, quando se inicia a luta de libertação dos povos coloniais, na década de 50, que começa, de facto, a grande “ocupação efetiva” dos espaços africanos, especialmente de Angola e Moçambique³. Era como se, meio século depois das “campanhas de pacificação” e da doutrinação dos “pioneiros” fosse, finalmente, possível pôr em prática aquelas que foram as grandes ideias fundadoras da expansão contemporânea em África, simplificadas aqui no “mito do Eldorado” – um espaço de leite e mel que iria tirar a fome a Portugal⁴; e no mito do “bom colonizador” – Portugal e os portugueses vistos como herdeiros de uma vocação colonizadora e miscigenadora única no mundo, onde até a escravatura e o tráfico de escravos eram apresentados como “naturais” e o trabalho forçado – que permaneceu nas décadas de 50 e 60 em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe-, uma benesse para o próprio negro, que só dessa forma ascenderia à condição de trabalhador e de civilizado.

A instrumentalização política da ideia “lusotropicalista”, defendida por Gilberto Freyre nos anos 30 e 40, adquire nestas circunstâncias, um papel mo-

(2) Com restrições antes da II Guerra Mundial, a circulação de metropolitanos para Angola e Moçambique acelerou-se depois na década de 50. O I Plano de Fomento prevê a instalação de grandes colonatos agrícolas, como aconteceu em Ceta (Angola) e no Limpopo (Moçambique). Cf. Cúdia Castelo, *Passagens para África O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, BCS, Edições Afrontamento, Lisboa, 2007 p. 176.

(3) De facto, a colonização branca começa, em massa, nos anos 50. Em Angola, a população total passa de 4830 milhares de habitantes para 5673 milhares em 1970 (+ 17,6%) numa década. No entanto, a população branca continuava diminuta, cerca de um quarto da população total, em 1960. Por seu turno os mestiços constituíam cerca de 10% da população total e os assimilados uma percentagem em torno dos 7%. A assimilação dava provas de completa inadequação perante os objetivos projetados. Cf. *Guerra Colonial, Angola, Guiné Moçambique*, Coord. de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, Lisboa, caderno 5, p. 54.

(4) Álvaro de Castro, Governador – geral de Moçambique, afirma em 1920, quando era Chefe de Governo que “As colónias acabarão de vez com a fome em Portugal”.

bilizador fulcral, consolidando a ideia do génio colonizador português e da felicidade do projeto pluricontinental e plurirracial destinado a mobilizar um programa massivo de fixação de colonos brancos em África, em condições que eram apresentadas pela propaganda oficial como de absoluta paz e concórdia com as populações indígenas⁵.

O “destino português” seria, assim, o de “dar novas pátrias ao mundo”, nas palavras de Augusto Casimiro, o “poeta-soldado”, superando o desânimo nacional dos finais do século XIX e inventando, no “mar profundo e vasto do futuro as muitas índias por descobrir”⁶. No pós-guerra, Augusto Casimiro, um discípulo de Norton de Matos, fala de uma “nova largada”, considerando a colonização africana como imprescindível no caminho histórico de Portugal: “Nós existimos na história, livres, porque resistimos à Espanha e nos prolongámos pelo mar”. E, numa altura em que a ocupação de Goa pela Índia de Nerhu estava iminente – e iminente estava a guerra de libertação em Angola –, Augusto Casimiro, um *seareiro* como já se disse, deixava escrito um livro que intitulou “Angola e o Futuro” – onde a solução apontada para o problema africano passava por uma nova forma de colonizar – uma recolonização que apontava para uma convivência pacífica das diferentes comunidades num espaço económico autónomo, embora lusíada e ligado por laços históricos profundos à antiga Pátria portuguesa⁷.

Entre os “africanistas” e na Assembleia Nacional os debates são duros e frontais sobre cinco questões fundamentais que não tinham obtido solução antes da II Guerra Mundial, a saber: i) que novos meios militares se tornavam

(5) O sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, autor de *Casa Grande & Senzala* (1933) veio a explicitar mais claramente a sua doutrina lusotropicalista em *O mundo que o português criou* (1940), depois de uma estadia em Goa. De forma sucinta, Freyre afirmava que os portugueses tinham uma especial capacidade para formar sociedades multirraciais nos trópicos, motivados mais pelo seu humanismo do que por interesses económicos, uma cultura e uma atitude que tinham desenvolvido no longo convívio com os povos árabes, hindus e africanos e de que o caso brasileiro era um exemplo.

(6) Augusto Casimiro (Amarante, 1889-Lisboa, 1967) foi capitão do exército, poeta da *Renasença Portuguesa*, marcador de fronteiras no Norte de Angola, administrador colonial, “soldado-herói” do *Front*, resistente republicano à Ditadura Militar e ao Estado Novo (contra o Ato Colonial), diretor da *Seara Nova* até à sua morte.

(7) No espólio de Augusto Casimiro, o material que veio dar origem ao livro “Angola e o Futuro”, está arrumado no que teria sido primeiro projeto editorial, intitulado “Reconquista de Angola”. Espólio de Augusto Casimiro. BNP, Reservados, D5.

indispensáveis para garantir a segurança dos capitais e da população branca; ii) que reformas administrativas se impunham para permitir a ocupação efetiva do território e a aceitação do domínio português pelas populações colonizadas e pela comunidade internacional; iii) como estimular a transferência de capitais portugueses para as colónias e como garantir os investimentos internacionais sem abrir as portas, de forma descontrolada, ao capitalismo mundial; iv) como promover a “colonização branca” sem pôr em causa o equilíbrio económico-social da metrópole; v) e, por fim, como reformar o estatuto das populações autóctones sem comprometer uma “integração” controlada e os riscos do separatismo. O desafio seria de vida ou de morte. Nas palavras de um desses “africanistas”, o ministro das Colónias (e depois do Ultramar) Manuel Sarmiento Rodrigues - Portugal encontrava-se “à beira de um cataclismo” ou “no limiar de uma nova epopeia”⁸.

Não eram totalmente contraditórios os conceitos de “nova largada” de um seareiro como Augusto Casimiro, ou de uma “nova epopeia” do *situacionista* Sarmiento Rodrigues. No entanto, se a esperança numa nova forma de colonização parecia comum, os objetivos e os métodos eram inteiramente diferentes.

Uma grande parte da oposição republicana acompanhou esta “nova epopeia” colonizadora com um entusiasmo contido e com um olhar crítico e desconfiado. Dispunha-se a concordar com as condições e os objetivos, mas discordava das metas a atingir e, principalmente dos processos de colonização do Salazarismo: um regime antidemocrático nunca poderia promover uma igualdade efetiva e progressiva dos colonos e dos “elementos nativos” e, por maioria de razão, jamais consideraria oportuna a consulta dos povos coloniais sobre o seu estatuto político, como recomendavam as Nações Unidas. Pelo contrário, consideravam que o modelo de desenvolvimento colonial iniciado pelos altos-comissários em Angola e Moçambique nos anos 1920 continuava a constituir um exemplo para o período pós-guerra⁹. Concludente sobre este

(8) Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, *Unidade da Nação Portuguesa*. Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1955.

(9) Em *Angola e o Futuro* [1960], uma coletânea de textos e contributos escritos desde os anos 1940, Augusto Casimiro, um antigo colaborador de Norton de Matos em Angola, considerava que continuavam atuais os princípios defendidos por aquele Alto-Comissário em 1926: a “civilização portuguesa” continuava a mostrar condições especiais “para transformar as civilizações primitivas e para se adaptar a variadas regiões”, mercê da sua experiência multissecular nos trópicos.

desígnio colonial – a “Missão Histórica” de Portugal – foi a síntese apresentada ao concurso do “Prémio de Abílio Lopes do Rego”, na Academia das Ciências, por Norton de Matos, em janeiro de 1953, sob o título de “A Nação Una”. Um livro técnico e doutrinário, onde o antigo Alto-Comissário de Angola recusava qualquer tipo de separatismo com base na ideia simples de que a obra colonizadora dos portugueses tinha deixado raízes indestrutíveis para as gerações seguintes. O progresso dos territórios de Além-Mar só poderia fazer-se, segundo Norton de Matos, pela aplicação do princípio da “unidade nacional”. Do mesmo modo que Portugal podia execrar o *apartheid*, também o poderia fazer em relação ao separatismo. Por isso, em 1952 continuava a exortar os portugueses: “Tomai a peito o desenvolvimento paralelo dos territórios portugueses: - que a totalidade dos recursos e das energias nacionais seja aproveitada para a organização da Nação Una, que a todos toquem os sacrifícios e as vantagens. «Tudo para todos» deve ser a vossa divisa¹⁰».

No início da década de 60, depois de iniciada uma política de colonização branca e de uma mais livre circulação, a par de uma maior abertura à entrada de capitais estrangeiros, o início da Guerra Colonial – de duração imprevisível, mas com um fim que se adivinhava trágico, atendendo ao resultado das guerras de libertação já concluídas na Ásia e em África -, colocou em alerta todas as oposições políticas (clandestinas ou semi-clandestinas) e abriu um debate (embora surdo e sem eco na imprensa) no seio das elites tecnocráticas e liberais que passaram a estar divididas entre o destino africano e o futuro europeu do país¹¹. Estes setores começaram por alertar o regime para a solução desastrosa da guerra – em especial o seu *au.delà* – e passaram, com o decorrer da guerra, longa e desgastante, a constituir-se como seus naturais opositores.

Durante os treze anos seguintes, a Guerra Colonial esteve no centro de todas as atenções – *de situacionistas* e *de opositoristas* – já que tantos uns como

(10) Norton de Matos, *A Nação Una Organização Política e Administrativa dos Territórios do Ultramar Português*, Paulino Ferreira Torres, Lda, Lisboa, 1953.

(11) Corporizando estas duas linhas estratégicas assinala-se, em 8 de novembro de 1961, a formação do designado “Espaço Económico Português, pelo Decreto-lei nº 44 016, que criava uma zona de comércio livre entre o território metropolitano e os territórios ultramarinos. E, em contraponto a este projeto autocentrado sobre o “Império” um outro que se consubstanciou pelo pedido de negociações com a CEE, iniciado em 18 de maio de 1962, tendo em vista perceber o tipo de facilidades económicas e comerciais que o país podia conseguir no clube dos países democráticos.

outros estavam conscientes de que o final da guerra corresponderia, inevitavelmente, à queda do regime ditatorial fascista, ao fim do Império e à necessidade de encontrar novos caminhos estratégicos para Portugal.

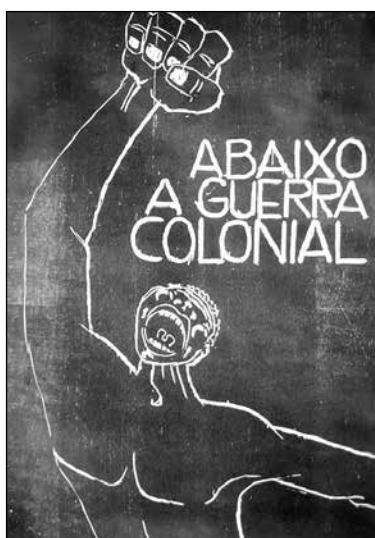
CONTRA A GUERRA E O FASCISMO – O LEMA DAS OPOSIÇÕES (1954-1974)



A Guerra Colonial constituiu-se como um adiamento do fim à vista (e inexorável) do Império, velho de 500 anos. A antevisão do “cataclismo” – anunciado em 1954 por “africanistas” como o comandante (e ministro do Ultramar) Sarmiento Rodrigues era, na altura, um sonho mau para que só muito poucos portugueses queriam acordar. Dois desses “africanistas” – situados num campo político diferente, o da oposição ao regime – trocavam por carta de 1 de julho de 1962¹² o sentimento do temor que os atormentava. Um, Cunha

(12) Carta de Augusto Casimiro a Cunha Leal – Espólio de Augusto Casimiro. BNP, Reservados, D5.

Leal, tinha acabado de escrever “Pátria em Perigo” e o outro, Augusto Casimiro, Diretor da *Seara Nova* e autor, ainda dois anos antes, do livro já mencionado, “Angola e o Futuro”, concordavam em absoluto num ponto – Portugal, por razão da sua “imprevidência”, não conseguira “fugir ao abismo” da guerra e da perda dos seus espaços africanos. Tanto um como outro continuavam ainda a imaginar soluções transitórias e pacíficas para a solução colonial – como à frente se verá -, soluções essas que iam ficando totalmente prejudicadas com a decisão de Salazar de levar a Guerra Colonial até às últimas consequências, ou seja, à derrota previsível, como acabara de acontecer com a sua intransigência política em negociar a independência da Índia¹³.



Cartaz contra a Guerra Colonial - CIDAC

(13) No caso das possessões de Goa, Damão e Diu, o Estado da Índia apresentou uma proposta de negociação para a sua independência em fevereiro de 1950, que não obteve resposta positiva de Salazar. Em 1954, o Estado Indiano recuperou os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli e o processo de independência passou por um período de indecisão, em função da posição do Tribunal de Haia que reconhecia direitos aos portugueses sobre aqueles enclaves. Porém, em 17 de dezembro de 1961, o Estado Indiano ocupou os territórios de Goa, Damão e Diu, perante a intransigência de Salazar que, em carta de 14 de dezembro de 1961 ao General Vassalo e Silva, governador de Goa, afirmava: “Não prevejo possibilidades de tréguas nem prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos”. Salazar sabia bem que não poderia haver “vitoriosos” no embate entre algumas centenas de militares portugueses e cerca de 50 mil soldados indianos mobilizados para a libertação dos territórios indianos.

JOVEM!

**SE A POLITICA TE
CHATEIA.
SE QUERES :**



- B**RONZEAR-TE.
- A**PRENDER UM BOM OFÍCIO.
- D**EFENDER VÁRIOS SÉCULOS DE CULTURA.*
- C**ONHECER O AMOR, A AVENTURA E O DINHEIRO.
- L**EVAR UM TIRCO NOS CORNOS E SER HERÓI.
- A**RRECADAR UMAS MEDALHINHAS E UM CAPOTE DE MADEIRA.

ALISTA-TE

**PARA A GUINÉ ANGOLA E
MOÇAMBIQUE**

NAS TROPAS PORTUGUESAS EM AJUDA DESINTERESSADÀ ÀS POPULAÇÕES NATIVAS QUE, EMBORA DE CÔRSÃO MERECEDORAS DA COOPERAÇÃO FRANCA E LÉAL SEM QUALQUER ESPÉCIE DE COACÇÃO OU DE PRECONCEITO COLONIALISTA.

* E CIVILIZAÇÃO CRISTÃ

Acordar do letargo foi, pois, um processo lento. Para a maioria da população portuguesa sujeita a uma mobilização (direta ou indireta) para o cenário de guerra, a ida para África constituía um primeiro contacto com o "Império", para alguns dos soldados mobilizados a primeira experiência de acesso a um mundo urbano e, com o decorrer da guerra, aos primeiros contactos com objetos de consumo a que não teriam acesso se não tivessem sido mobilizados. Para sargentos e oficiais, as repetidas "comissões" em cenários de guerra diferentes, corresponderam igualmente a um processo que, envolvendo promoções mais rápidas e soldadas mais substantivas, ajudava a amolecer a atitude crítica perante um cenário de guerra arrastado e sem solução à vista. No Continente ou entre as comunidades de colonos brancos, a censura cedo se encarregou de esconder o fenómeno da guerra, com suas mortes e desastres. Aparecia vestida de negro, todos os anos, no "Dia de Portugal", para

desespero das mães e das famílias dos heróis mortos que aí iam receber as medalhas de mérito. No mundo rural esse era o preço (alto) a pagar pela ida e estabelecimento de filhos, de familiares e de amigos em territórios vastos e promissores – alguns “africanistas” tinham voltado ao Continente de férias e mostrado, pela sua aparência de vida, que podiam muito bem ser comparados aos “brasileiros” de torna-viagem que tinham construído quintas e palacetes um século antes.

Um estudioso da questão colonial africana, o historiador Fernando Martins, sintetiza o anticolonialismo das oposições ao regime do seguinte modo: “A ideia de que a oposição desde cedo foi anticolonialista não passa de uma lenda. A ruptura com a herança imperial só começa em meados dos anos sessenta”, considerando de seguida que são “desprovidas de sentido” as afirmações que fazem remontar o anticolonialismo das oposições ao fim da II Guerra Mundial¹⁴.

Pelo que afirmámos atrás, não podemos estar mais de acordo com o autor, de uma forma genérica. Teremos, no entanto, de acrescentar que seria difícil que tivesse sido de outro modo, ou seja, que as oposições republicanas tivessem tido uma posição de rutura, num país tão dramaticamente dependente das relações coloniais desde o séc. XV. Muito mais tardias tinham sido as colonizações de franceses e de belgas e aí estavam eles, em pleno pós-guerra, a defender pela força das armas os seus impérios na Ásia e na África. Basta que lembremos a “Guerra do Congo” ou a “Guerra da Argélia” para entendermos como, mesmo em países democráticos e de imprensa livre, foi possível manter esses conflitos até ao início da década de 60.

Por outro lado, Fernando Martins como outros autores¹⁵ que estudaram o tema, insistem normalmente na avaliação do problema com base nas decisões tomadas pelo Partido Comunista Português, segundo eles tardias, já em 1956-1957, depois do XX Congresso do PC soviético e, anos mais tarde, por pressão das dissidências das extrema-esquerdas que surgiram após o conflito sino-soviético.

(14) Cf. Fernando Martins, “As oposições e a questão colonial”, in *SÉCULO XX*, 1959-1962, Jornal Público, fascículo 20, Lisboa, 1999.

(15) É o caso de Judith Manyá, uma historiadora que centrou os seus estudos de doutoramento sobre o “anticolonialismo do PCP”. Cif. “A política colonial do PCP”, entrevista a Luís Farinha, in *História*, nº 83, janeiro de 2006, p. 16-18.

Ora, o que parece verdade é que esse anticolonialismo do PCP - “minimalista” até 1957, e depois “retórico” a partir dessa data e só muito claramente definido a partir de meados dos anos 60, por pressão externa, segundo estes historiadores -, se deve antes entender no quadro de um “anticolonialismo metropolitano”, muito timidamente afirmado num país de forte nacionalismo colonial. E que tanto ou mais do que através das relações externas do PCP e do anticolonialismo internacional, se deve explicar a sua posição no quadro das relações próximas que sempre estabeleceu com as famílias republicanas, de onde eram oriundos muitos dos seus militantes e onde se forjou muita da sua cultura revolucionária. A cultura antifascista do PCP – muito embora orientada pelo seu programa marxista-leninista -, foi sempre forjada numa perspectiva de frentismo unitário: na Frente Popular (37.38), no MUD (1845-1948), nas campanhas presidenciais (1949 e 1958), no período do chamado “desvio de direita” (anos 50) e mesmo depois do “Rumo à Vitória”, com a criação (falhada) da FPLN em Argel.

Na mesma linha de ideias, também se torna necessário compreender, com análise mais fina, a posição de liberais e de social-democratas, como Cunha Leal, de quem se diz que em 1969 se opunham “ao reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e, ainda menos, à independência”¹⁶.

Foi justamente por oposições menos alinhadas politicamente, que por isso mesmo apenas tinham que responder perante a opinião pública e a polícia política do Estado, que irão surgir as primeiras posições claras de anticolonialismo, no quadro da iminente separação de Goa e da sua inclusão no novo Estado indiano. Não apontavam para a descolonização abrupta dos espaços coloniais, mas traziam à luz do dia, de forma corajosa, o problema e a necessidade urgente de o resolver sem o recurso à guerra.

É, pois, da oposição liberal que chegam os primeiros avisos: “Se não quisermos arredar-nos do realismo, há que admitir que não seja paralela a evolução destas parcelas imperiais, de modo que se estabeleçam entre elas diferenciações e se permita a alguma ou algumas delas alcançar, antes de outras, o Estatuto de Independência”¹⁷. Tratava-se, evidentemente, da “cedência” do colonizador, imposta pelo realismo pragmático. No entanto, admitindo a ne-

(16) Fernando Martins, *idem*.

(17) Cunha Leal, “As Revoltantes Pretensões de Pandita Nehru”, in *Diário de Lisboa*, 23.6.1954.

gociação e o respeito dos interesses económicos e culturais das populações residentes, de modo a garantir uma “transição pacífica”, recusando a utilização da força, até pela reconhecida incapacidade militar portuguesa. O realismo impunha-se, pela razão muito evidente do que iria acontecer nos tempos mais próximos, e que de facto aconteceu – a recuperação pela Índia dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli, em 22 de julho de 1954. Em última instância, Cunha Leal propunha a negociação da independência com a Índia de Pandita Nerhu, negociando com esse país um estatuto de federação ou confederação de Estado livre para as antigas possessões coloniais. Que era o mesmo que admitir, nas condições existentes, o reconhecimento da independência da Índia Portuguesa, única solução que poderia ser aceite pelo Estado indiano. De resto, Oliveira Salazar tinha disso completa consciência quando, em 3 de janeiro de 1962, perante a “ocupação” de Goa, declara em discurso na Assembleia Nacional a inutilidade de qualquer negociação: «O caso de Goa foi sucessivamente mudando de aspeto na política e nos discursos do Primeiro-Ministro: começou-se pela reclamação de uma larga autonomia, aliás já existente, passou-se à independência e acabou-se na anexação que era o fim a atingir”.

A “Questão de Goa” constitui um bom laboratório de ideias sobre o que pensavam as diferentes oposições no pós-guerra sobre a descolonização do Império. Desde 1951 que o PCP, embora muito debilitado pela vaga de prisões de 1949 que impôs o silenciamento das vozes mais relevantes do partido, se sente na obrigação de tomar posições claras sobre o que se passa em Goa. Na sua «Campanha pela Paz» denuncia o terror salazarista e o envio de reforços militares para a Índia, defendendo que os povos das colónias se deviam unir para lutar pelos seus interesses e contra a exploração colonial, exigindo o retorno dos soldados portugueses à sua pátria¹⁸. Na mesma linha de ideias, mas dando um passo em frente na sua posição anticolonial, o PCP defende, em 1951, o “direito do povo, sob domínio português na Índia, a escolher livremente o seu destino”¹⁹ e, em cima dos acontecimentos de Dadrá e Nagar Aveli de 1954, o partido insiste, em “Declaração”, que se iniciem negociações de modo

(18) Vide “Trabalho escravo nas colónias! Chamamos os povos coloniais à luta contra os negreiros salazaristas”, in *Avante*, VI Série, nº 163, dezembro de 1951.

(19) Vide “Terror Salazarista na Índia Portuguesa. Que os soldados voltem para casa!, in *Avante*, VI Série, nº 159, maio de 1951.

a que se permita “liberdade plena ao povo goês, para que ele possa expressar livremente a sua vontade”²⁰.

No período mais agudo do conflito, a Comissão Central do MND (Movimento Nacional Democrático), afeta ao PCP, faz sair a público uma “Nota Oficial sobre o problema de Goa, Damão e Diu”, que veio provocar a prisão de Albertino Duarte Macedo, Virgínia Moura, Ruy Luís Gomes, José Morgado e António Lobão Vital e o seu julgamento, com a manifestação pública de várias testemunhas que defenderam a doutrina expressa pelos réus na “Nota Oficial”. Denunciam os subscritores o papel do Governo português pela onda de “exaltação belicista” que se seguiu ao envio de tropas para Goa e enfatizam a “ignorância” da opinião pública nacional e internacional, “desligada de qualquer preocupação de esclarecimento acerca das condições de vida e das aspirações dos povos do Ultramar e, em especial, os de Goa, Damão e Diu”, pelo facto de lhe não ser permitida qualquer discussão pela Censura e lembram, na mesma linha de ideias, as duras críticas proferidas em 1949, no seio da Assembleia Nacional, pelo deputado goês Froilano de Melo. Denunciam ainda o reforço da ação repressiva atribuído à PIDE sobre todos os povos do Ultramar (Decreto-lei nº 39749 de 9 de agosto de 1954). A “Nota” reclama ainda a abertura de negociações com a União Indiana, visando a resolução pacífica do conflito aberto nos territórios sobre administração portuguesa na Índia.

O julgamento dos membros do MND desencadeia uma enorme onda de solidariedade, em especial entre a juventude académica do Porto (onde o julgamento decorria) e membros do MUD Juvenil, tendo-se iniciado um novo processo movido pela PIDE – o processo dos 52 -, acusados de atentarem contra a segurança do Estado por instigação do PCP.

A polícia política seguia de perto este movimento de contestação, afirmando um dos agentes da PIDE que “no Ateneu de Coimbra, clube frequentado pelos jovens da Casa dos Estudantes do Império, eram constantes os comentários sobre Goa e sobre a atitude do Governo. Segundo os informadores da PIDE, os jovens consideravam que se “fosse um governo de democracia e liberdade, já há muito que o assunto se tinha resolvido sem perda de vidas (...). Também surge a informação que estes defendiam “Que a Índia é dos indianos

(20) Vide “Declaração do PCP de Maio de 1954. A oposição colaboracionista dos falsos democratas no caso de Goa”, in *Avante*, VI Série, nº 189, julho de 1954.

e, por conseguinte, nada ali temos de fazer e o que se devia já ter adotado há muito era a entrega imediata de todos os seus territórios em poder dos portugueses, assim se saía com honra”²¹.



Estudantes da Casa de Estudantes do Império - CIDAC

Os anos de 1956 e 1957 serão decisivos na tomada de decisão das oposições sobre a questão colonial. Neste último ano, entre 8 e 15 de setembro, o PCP consegue reunir o seu V Congresso sob a consigna da unidade antifascista e da palavra de ordem “Em frente na luta cívica, leal e ordeira”, abrindo assim a porta à constituição de Comissões Cívicas Eleitorais unitárias e preparando uma candidatura única à Presidência da República, na linha de uma “tran-

(21) Cf. Informação, 3 de setembro de 1954. ANTT/PIDE-DGS - Casa dos Estudantes do Império – DEL. C/SR3767 - NP4480, p.140, *apud* Filipa Sousa Lopes, O silenciar da oposição ao Estado Novo na questão de Goa (1954), in *Violência política no Século XX Um Balanço* (Coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeiros e Pau Casanelas, IHC, p. 295 https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3657477/Violencia_politica_no_seculo_XX.pdf

sição pacífica”. A ampla “frente nacional antissalazarista” – apresentada como meta na VI Reunião Ampliada do Comité Central de 1956 e depois consagrada no V Congresso – dava aso a que o partido clarificasse a sua posição sobre a questão colonial. No Relatório apresentado por Jaime Serra “Sobre o Problema das Colónias” sustenta-se a proposta de “reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata e completa independência”, partindo-se da premissa de que, ao contrário do argumento esgrimido pelos colonialistas, esses povos reuniam as condições para viver em liberdade. Desta posição seria o mesmo Jaime Serra encarregado de dar conhecimento aos “partidos comunistas irmãos”, razão pela qual se deslocou clandestinamente a Tânger.

Como já foi referido antes, foi nos meios menos alinhados politicamente no interior do país e nos núcleos de exilados (do Norte de África, da América Latina de Paris e de Londres) que esta posição anticolonial ganhou lastro entre 1957 e o deflagrar da Guerra Colonial em Angola, no início de 1961.

Um bom indicador do ponto da situação, depois da posição assumida no V Congresso do PCP (1957), podemos detetá-lo no programa eleitoral do candidato Arlindo Vicente à Presidência da República, uma candidatura apoiada pelo PCP e por democratas de diferentes tendências. Na apresentação da sua candidatura, Arlindo Vicente dava conta que o problema colonial – nesta altura ainda circunscrito à “questão de Goa” –, seria resolvido, se fosse eleito, por plebiscito colocado a toda a Nação²².

No interior, a “questão colonial” teria desenvolvimentos mais detalhados com a campanha de Humberto Delgado. Na sequência das eleições, o tema foi explanado num documento que exprimia a sua opinião e a de muitos dos seus seguidores da Oposição entre os anos de 1959 e 1961 – a da negociação de uma unidade confederada e autónoma de seis Estados, formada pelo Continente e pelos diferentes espaços coloniais, obtida através de plebiscito e que seria designada por República dos Estados Unidos de Portugal. Seria neste novo espaço democrático que se organizaria e promoveria “prudentemente a liber-

(22) Cf. *Jornal O Século*, 15 de maio de 1961.

tação dos africanos”, ou seja, o seu desenvolvimento humano e cívico, sem que nada ainda fosse dito sobre o seu direito inalienável à independência²³.

Na mesma linha de ideias se pronuncia o “Programa para a Democratização da República”, elaborado sob a inspiração de Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes e subscrito pelas principais personalidades do campo republicano e socialista²⁴, já concluído em janeiro de 1961, mas apenas publicitado no mês de maio seguinte, depois de iniciada a Guerra Colonial. Muito tímido em matéria de política colonial, o “Manifesto” apenas prevê a extensão às populações das colónias dos “direitos fundamentais dos povos no plano político, económico, social e cultural”.

Com o início da Guerra Colonial em Angola, em fevereiro de 1961, muitas destas posições dúbias sobre a futura descolonização são completamente estilhçadas pela realidade e discutidas abertamente pelos núcleos de exilados, onde começam a acolher-se refratários idos de Portugal e, um pouco mais tarde, desertores.

A seu favor, os exilados têm mais possibilidades de discussão e de troca de ideias sobre os grandes problemas nacionais, embora ainda limitados pelas opiniões muito recuadas e cautelosas das oposições internas que procuram não hostilizar. No entanto, à entrada da década de 60, a questão colonial discute-se abertamente entre as comunidades exiladas, como seria de esperar perante a aprovação de sucessivas resoluções da ONU e das suas comissões,

(23) Cf. “A Oposição na Defesa de Portugal e da Verdade. As altas patentes das Forças Armadas são o inimigo nº 1”, Documento que trata da solução da Ditadura para as Colónias e que contrapõe a solução proposta pela Oposição. FMS, Casa Comum, <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02587.014.005#!12>.

(24) Subscreviam-no pela Resistência Republicana e Socialista Mário Soares, Fernando Teixeira Santos e Ramos da Costa, o liberal Acácio Gouveia e elementos da *Seara Nova* como Nikias Skapinakis e Rui Cabeçadas, para além de um vasto número de advogados como Vasco da Gama Fernandes, Salgado Zenha, Gustavo Soromenho, num total de cerca de seis dezenas de personalidades que podíamos enquadrar no campo republicano e socialista. “Programa para a Democratização da República”, https://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/democratizacao_republica.html

exigindo a Portugal o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência dos espaços coloniais²⁵.

Em maio de 1960, numa mensagem dos “portugueses representativos que vivem fora de Portugal”, denuncia-se a “falência completa da administração colonial” e os resultados medíocres do integracionismo: ao fim de 34 anos de regime - “99% da população indígena de todas as colónias é analfabeta e 0,03% assimilada”. Invocar os “direitos históricos” para justificar a violência colonial é o resultado de uma cegueira que apenas vê “manobras comunistas” onde apenas existe a luta “dos povos africanos para se libertarem do jugo colonial racista e do trabalho escravo” considera-se nessa “Mensagem aos Portugueses”.

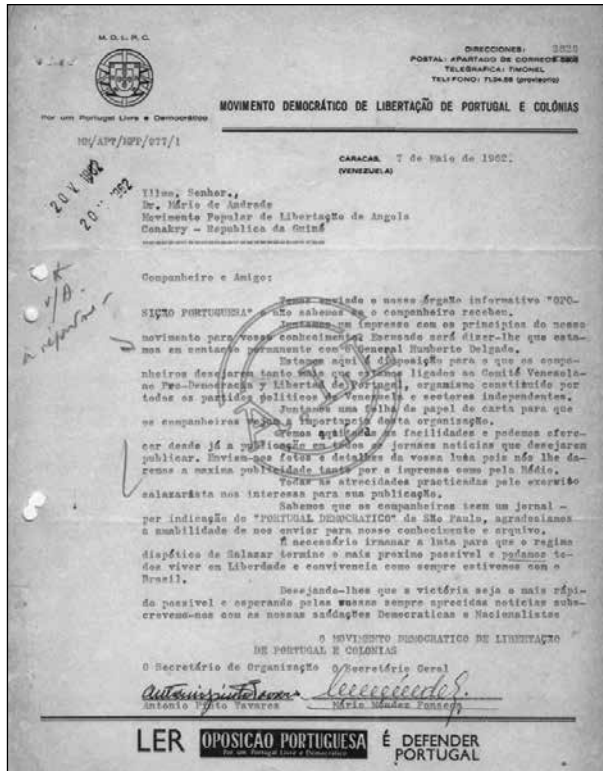
O resultado desta ocultação deliberada da realidade pelo regime conduz ao seu isolamento num mundo aberto à descolonização dos espaços africanos. Tanto mais indefensável e dramático quanto é certo que, por aquela altura, sete países africanos ascendem à independência e são reconhecidos como livres pela comunidade internacional. Por isso, estes “exilados” “condenam o envio de Forças Armadas para Angola, Moçambique, Guiné e Índia como forma de resolver os diferendos entre Portugal e os povos das suas Colónias” e “propõem como única política, que salvaguarda os interesses de Portugal e dos povos das Colónias, a que reconhece o direito à independência dos povos coloniais e a livre escolha do seu destino”²⁶.

Aparentemente, este entendimento da questão colonial não levanta discordância entre os exilados, até pelo facto de alguns dos países de acolhimento (na América Latina e no Norte de África) serem potenciais aliados dos novos países surgidos em África e de as relações entre os exilados e os ativistas e líderes das lutas de libertação africanas se terem intensificado a partir da ins-

(25) Em dezembro de 1960, a Assembleia Geral da ONU aprova as Resoluções 1514 e 1542, acusando a administração portuguesa de atentar contra “a paz internacional”. Segue-se a aprovação de sucessivas moções e resoluções, tanto da Assembleia Geral como do Conselho de Segurança, durante os anos seguintes, todas condenando a administração portuguesa no domínio da política colonial.

(26) Cf. “Mensagem aos Portugueses”, maio de 1960. Fundo Emídio Guerreiro (digitalizado). Na posse de José Machado.

talação em Argel, em abril de 1961, da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas)²⁷.



Carta do MDLPC a Mário de Andrade, do MPLA, 1962
Espólio de Emídio Guerreiro, na posse de José Machado.

(27) A partir do início da Guerra Colonial, alguns núcleos de exilados vão orientar a sua ação para o apoio às lutas de libertação nas colónias portuguesas. É disso exemplo o MDLPC (Movimento Democrático de Libertação de Portugal e Colónias”, formado em Caracas no final de 1961, de que é figura chave o emigrado Mário Mendez e que publica o jornal “Oposição Portuguesa”. Em carta de 7 de maio de 1962, dirigida a Mário de Andrade (MPLA) solicita-lhe informação e imagens para divulgar na Venezuela, com base na ideia muito assente por aquela altura, de que é preciso “irmanar a luta” antifascista e a luta anticolonial. Cf. Carta do MDLPC a Mário Andrade, 7 de maio de 1962. Espólio de Emídio Guerreiro na posse de José Machado.

No interior do país, o problema é muito diretamente colocado em público por Cunha Leal, um dos “africanistas” do período republicano que, partilhando o espaço do DDS (Diretório Democrato-Social) com republicanos como Mário de Azevedo Gomes, não esteve disponível para integrar o grupo de subscritores do “Programa de Democratização da República”. Desde 1957 que, em textos jornalísticos e eleitorais, problematiza o fim inexorável do Império e se preocupa em pensar um novo devir português integrado na Europa do Mercado Comum, para o qual Portugal não estava de nenhum modo preparado, considerava o autor²⁸.

As propostas apresentadas por Cunha Leal configuravam uma “terceira via” como alternativa à guerra que consideravam desastrosa para Portugal e para os povos das colónias. Com a “questão de Goa” e o início da guerra em Angola, decidiram-se por “sucessivos avisos à navegação” do Governo, antecipando o avizinhar de uma tempestade violenta, como resultado do domínio da solução militar sobre qualquer posição de compromisso político pela parte de Salazar. Em *Pátria em Perigo* (1962) e em *Ilusões Macabras* (1963), Cunha Leal constituíra-se justamente como a voz da oposição democrática organizada no Diretório Democrato-Social, que defendia o primado da solução política sobre a solução militar e a abertura imediata de negociações para a constituição de uma plataforma de acordo que envolvesse Portugal e alguns países da ONU, entre eles os EUA, com vista à preparação de um processo democrático de autodeterminação dos povos africanos sob domínio português. De resto, já deste a campanha eleitoral de 1957 que Cunha Leal (e aqueles a quem poderíamos designar de oposição social-democrata) se encaminhara para uma posição de transigência e de negociação. Em *As Minhas Razões e as Razões dos Outros – Ecos de uma Campanha Eleitoral* (1957), Cunha Leal delineia aquele que será o programa descolonizador da oposição democrática moderada: aceitação do princípio da autodeterminação, seguido

(28) Entre 1957 e 1964, Francisco da Cunha Leal publica seis obras (para além de numerosos artigos na imprensa) onde a questão colonial surge como central para a resolução do problema português: *As Minhas Razões e as Razões dos Outros. Ecos de uma campanha eleitoral*, Edição do Autor, Lisboa, 1957; *A Gadanha da Morte (Coisas do Tempo Presente)*, Edição do Autor, Lisboa, 1961; *O Colonialismo dos Anticolonialistas (Coisas do Tempo Presente)*, Livraria Petrony, Lisboa, 1962; *A Pátria em Perigo (Coisas do Tempo Presente)*, Edição do Autor, Lisboa, 1962; *Cântaro que vai à Fonte... (Coisas do Tempo Presente)*, Edição do Autor, Lisboa, 1963; *Ilusões Macabras (Coisas do Tempo Presente)*, Edição do Autor, Lisboa, 1964.

de “fatal independência”, sempre que houvesse condições sustentáveis para a criação de um país e os seus habitantes o desejassem, depois de uma fase de transição pactuada.

Esta foi, igualmente, a posição defendida por Henrique Galvão na sua ida à ONU, em 9 de dezembro de 1963, como peticionário, a convite da 4.^a Comissão Especial sobre Descolonização²⁹. Posições muito próximas, aliás, dos planos de descolonização propostos pela administração norte-americana, em 1962 e 1963, e renovados pelo designado “Plano Anderson”, em 1965: depois de um período de transição de oito anos, os povos coloniais seriam chamados a autodeterminarem-se através de um plebiscito, preparado previamente através de conversações entre portugueses e africanos³⁰.

A “OPOSIÇÃO INTERNA” À GUERRA COLONIAL – NAS MARGENS DO REGIME

A disposição do ditador e do aparelho político-militar que o apoiou incondicionalmente no grito de guerra “Para Angola, andar e em força” – e que continuou a apoiá-lo mesmo depois do desastre humilhante da perda da Índia em situação de conflito, no final de 1961 - suscitou um intenso debate em vastos setores do regime que vinham sendo críticos em relação à política ultramarina do Governo e que se haviam manifestado de forma conclusiva na Assembleia Nacional, durante a VII Legislatura (1945-1949). Estão neste caso os deputados de Angola e da Índia, colónias onde se sabia que era forte o descontentamento das elites brancas e dos naturais.

Uma das vozes mais críticas virá a ser a de Henrique Galvão, convidado por Marcelo Caetano a candidatar-se como deputado independente por Angola, em 1945. Com o aparente apoio do ministro de Estado, Galvão sente-se livre para dar a conhecer a realidade. Sem meios financeiros, os “hospitais são formas de criar mais doentes” – dirá o deputado. Por outro lado, afirma que as despesas com a colonização não são nunca de molde a compensar as

(29) Luís Farinha, *Do Império Português à Descolonização* Henrique Galvão e o Império, in *História*, ANO XXII (Nova Série), número 21, Janeiro de 2000, p. 18-28.

(30) António Costa Pinto, “Portugal e a Resistência à Descolonização”, in Bethencourt, Francisco e Chauduri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, Lisboa, vol. V, p. 51-64.

colónias pelas enormes vantagens do mercado metropolitano que, apesar das deficiências infra-estruturais, absorve sempre “a parte de leão”³¹.

A Assembleia Nacional nunca ouvira tanta irreverência. Contudo, Galvão não cairá em desgraça pelas suas intervenções ou pelo “Relatório sobre o Trabalho dos Indígenas”, dado a conhecer em 1946-1947, mas antes porque cai Marcelo Caetano e fica adiada, por mais de uma década, a via mais aberta de reforma administrativa e política dos espaços africanos. Na verdade, o “Relatório...” não continha - a não ser pelo especial acinte na forma -, matéria inovadora em relação a anteriores relatórios do Inspetor Colonial Henrique Galvão. Apesar de tudo, lá se denunciava “o arrebanhamento de mão de obra forçada” por agentes do governo, a injustiça pela retribuição do trabalho dos “contratados” e a imposição do “contrato” aos produtores livres. Era, para Galvão “uma política oposta à genuinamente portuguesa, seguida nas duas primeiras décadas do século” e responsável pela hemorragia demográfica para as colónias em volta de Angola, impedindo o desenvolvimento económico e a emancipação social dos indígenas.

Este mal-estar entre os críticos do regime, muito aumentado pelo previsível desastre de Goa, vai estar na base do descontentamento dos militares e políticos que estiveram envolvidos na “Abrilada de 1961”, uns de forma mais direta e assumida - casos do ministro da Defesa Nacional Júlio Botelho Moniz e do Sub-Secretário de Estado do Exército Costa Gomes -, e de outros na retaguarda, como aconteceu com o ex-Deputado à Assembleia Nacional Manuel José Homem de Mello e com o ex-Presidente da República, Marechal Craveiro Lopes. Este último prefacia, em 1962, o livro “Portugal o Ultramar e o Futuro” da autoria de Manuel José Homem de Mello, onde se rastreia o conjunto de ideias e propostas de solução do “problema ultramarino” que teriam inspirado os conspiradores da “Abrilada de 61”. Nesse Prefácio, o ex-Presidente da República Craveiro Lopes denuncia a falta de diálogo que não permitira até aí “escutar todas as correntes de opinião portuguesa” e encontrar “uma solução verdadeiramente nacional”.

(31) Sobre as intervenções incómodas (mas bem informadas) de Henrique Galvão na Assembleia Nacional vide H. Galvão, *Por Angola. 4 anos de Actividade Parlamentar*, Lisboa, 1949.



General Júlio Botelho Moniz, Ministro das Colónias (depois Ultramar), 1958-1961.



Coronel Francisco Costa Gomes, Sub-secretário do Exército, 1958-1961.



Presidente da República Craveiro Lopes,
Museu da Presidência da República

Para apresentar uma “solução nacional” se vai então encarregar Homem de Mello, num texto que teve dificuldade em ser divulgado em 1961, mas que acabou por vir à luz do dia em 1962, quando o esforço militar justificado pela necessidade de pôr cobro às atrocidades da UPA (União dos Povos de Angola), no Norte de Angola, se instalou com novos reforços, anunciando uma ação militar continuada e sem fim à vista.

O diagnóstico da situação é claro e incomodativo para a política de Salazar e da sua *entourage*. Considerava o autor que a ação de controlo do terrorismo se tinha justificado no início, tendo em vista a defesa das populações sujeitas aos massacres indiscriminados da UPA. Porém, terminada a operação de resgate do Norte de Angola, a continuidade do esforço militar tornara-se a pior solução para os problemas que todos reconheciam existir nas “províncias ultramarinas”. Em primeiro lugar porque alimentavam a guerrilha das populações indígenas até aí inexistente e reacendiam o “racismo nativista”, em

resposta ao racismo “por banda do branco, que nunca aceitou tratar o negro como Homem autêntico, de igual valia aos olhos de Deus”. Sentindo-se “exploradas e escravizadas primeiro, votadas ao abandono e à desconsideração depois”, as “massas nativas” voltavam-se para a solução violenta e apoiavam, muito naturalmente, os movimentos de libertação.

Por outro lado, o “uso da força”, para impor soluções de problemas velhos de séculos, impedira a aceitação das novas leis com as quais o novo Ministro do Ultramar Adriano Moreira, em março de 1961, pretendia reformar o antigo regime do “indiginato”, eventualmente úteis se tivessem chegado duas décadas antes, quando todo o mundo ocidental se preparou para descolonizar as suas possessões asiáticas e africanas. Para demonstrar o acerto da sua análise, Homem de Mello apontava as guerras do Congo e da Argélia como exemplos que deviam aconselhar o Governo português na senda de uma nova solução.

Agir, e com urgência, significava para o autor encontrar uma solução que evitasse o uso da força – até por ser esse o domínio em que Portugal era mais frágil –, e encontrar uma solução que providenciasse “A África para todos”, tanto para indígenas como para todos os outros – naturais ou colonos brancos instalados. Em 1962, Homem de Mello considerava que ainda era tempo de rever estratégias, desde que fossem os portugueses, através do seu Governo, a “abrir o caminho, preparando a evolução natural que nenhuma das forças [poderiam] evitar, e muitos menos as nossas, débeis, económica e militarmente”³².

Para *permanecer* em Angola e não ser expulso tristemente como aconteceu na Índia, Portugal deveria tomar a iniciativa, caminhando “corajosamente” para soluções que, não permitindo o domínio político colonial, acautelassem a crescente autonomia daquele território africano, o convívio pacífico de todos os angolanos e a possibilidade futura de relações frutuosas com a antiga metrópole. Tal plano de transição exigiria a criação de uma Assembleia Regional eleita, a alfabetização massiva da população nativa, o combate à discriminação racial, a abolição de qualquer tipo de “trabalho compulsivo” e a abertura ao mercado de capitais e à livre circulação de mercadorias e populações. No fundo, Homem de Mello propunha uma solução que há muito era reivindicada pelas elites locais, acrescentando-lhe a necessidade do alargamento efetivo da

(32) Vide Manuel Homem de Mello, *Portugal o Ultramar e o Futuro*, Edição do Autor, 1962, p.116.

cidadania a toda a população, sempre muito mal aceite pelos colonos brancos instalados.

Este é, contudo, um plano autonomista de que o Governo de Oliveira Salazar não queria ouvir falar, porque significaria a independência a curto prazo – como tinha acontecido no caso longínquo do Brasil.

OS TRÊS PALCOS DO CONFLITO ARMADO E A OPOSIÇÃO À GUERRA COLONIAL EM TODAS AS FRENTES

Em 1963, o PAIGC passa à luta armada na Guiné e o mesmo faz a FRELIMO em Moçambique no ano seguinte. No final de 1964, o esforço de guerra em meios financeiros e em quadros efetivos militares era já impressionante, e desmesurado para um pequeno país como Portugal - cerca de 85 mil homens. Esse número foi crescendo até aos 150 mil efetivos (dezembro de 1974), obrigando a uma captura de 40% do Orçamento Geral do Estado para sustentar o esforço de guerra nesse mesmo ano. Num país pequeno, esta mobilização extraordinária de homens (sempre insuficiente) só pôde ser suprida pela “africanização” do Exército, com o recurso a naturais das colónias, e pela crescente mobilização, para os postos de comando intermédio, de oficiais milicianos recrutados a partir do ambiente universitário, com os postos de alferes e tenentes ou mesmo de capitães. Ao mesmo tempo que esta “milicianização” dos efetivos em combate acontecia, iam aumentando o número de baixas que, no final da guerra, em 1974/75, se contabilizam em 8 mil mortes e cerca de 100 mil feridos e incapacitados.

Nesta conjuntura de conflito em três palcos, a oposição à guerra e ao colonialismo alarga-se a todas as frentes: aos núcleos de exilados (em Argel, Rabat, Venezuela, Brasil, Paris, Londres), a setores católicos aderentes ao espírito do Concílio Vaticano II, ao setor estudantil universitário, a centenas e mais tarde milhares de refratários e desertores, à esquerda radical de influência maoísta que se implantou nos meios estudantis e operários a partir de meados dos anos 60), ao mesmo tempo que se intensificava a luta anticolonial do PCP, empenhado a partir de 1964 em propiciar no seu seio a criação de operações de luta armada contra objetivos da Guerra Colonial.

A multiplicação das vozes anticolonialistas adquiriu uma dimensão pública considerável (apesar da férrea Censura e repressão policial), através da multiplicação de meios de imprensa e de rádio clandestinos (em Portugal e no

estrangeiro)³³, através de notícias com grande repercussão na imprensa internacional e nos núcleos anticolonialistas surgidos em países como a Holanda, a Dinamarca ou a Suécia, em apoio à luta anticolonial e aos desertores que se iam instalando nesses países, ou mesmo através da difusão cultural (sempre muito reprimida e interdita) da literatura sobre a Guerra Colonial³⁴, da poesia ou da música de protesto de cantores como José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, referidos estes dois apenas por serem os mais emblemáticos.

DIRECÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA			
DELEGAÇÃO DE MOÇAMBIQUE			
Origem: 19/GAB	Classificação de segurança: CONFIDENCIAL	N.º: 3423/71/01/2/50	Data: 18/11/71
Ent. Inf.: DGSB	Assunto: FRELIMO, PROPAGANDA. TANZÂNIA / MOÇAMBIQUE	Classificação:	
<p>1. Através dos serviços externos do RÁDIO TANZÂNIA, em DAR-ES-SALAAM a FRELIMO fez radiodifundir, no passado dia 13 de mês em curso, mais um programa denominado os "SOLDADO PORTUGUÊS".</p> <p>2. Antecedendo o referido programa que esteve a cargo do cabecilha RAFAEL HAGUBE, foi ouvida uma "balada" da autoria de um desertor do nosso Exército, cuja letra é como segue:</p> <p>I</p> <p>O ... é mar é ... O ... é mar é ... Que belas a terra Diz à minha mão Que eu não vou p'ra guerra ... Diz à minha mão Que eu não vou p'ra guerra ...</p> <p>II</p> <p>Diz é mar à minha mão Que matar não me aprez No fundo quem vai à guerra É aquele que a mão faz</p> <p>III</p> <p>Vou cantar a liberdade Para a minha pátria amada É para a mão negra e triste Que vive acorrentada Mas a voz do nosso povo No dia do julgamento Te dirá a ti é mar E dirá do vento a vento Que são os traidores</p>			

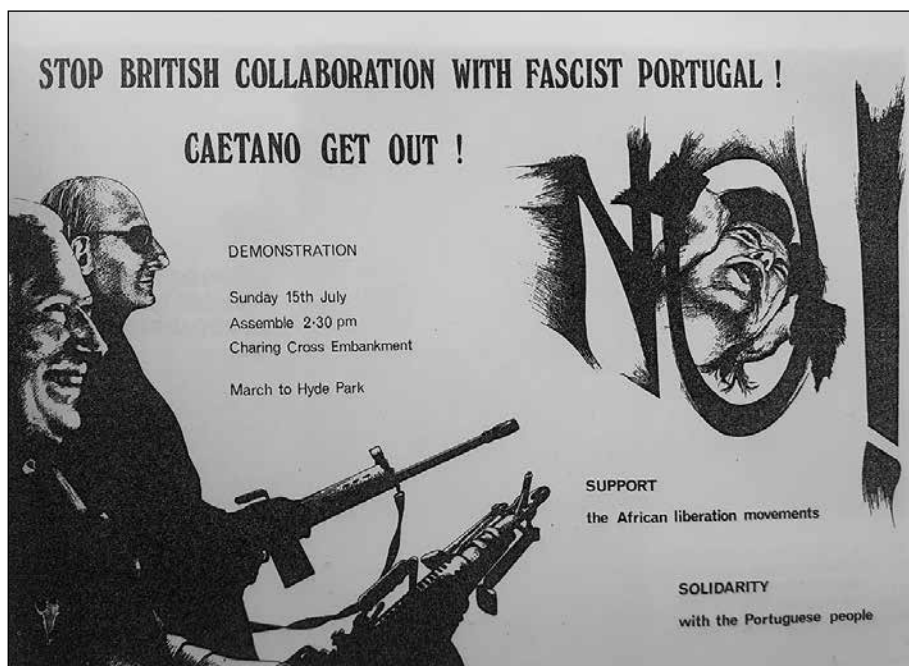
Balada de um desertor contra a Guerra Colonial
PIDE/DGS, IAN/TT

(33) Através da rádio, assinala-se o papel do Rádio Voz da Liberdade, a transmitir desde Argel (por iniciativa da FPLN) e o Rádio Portugal Livre, a transmitir a partir de Bucareste (por iniciativa do PCP).

(34) Assinala-se a este propósito a antologia literária coordenada por João de Melo, *Os Anos da Guerra, 1961-1975 Os Portugueses em África Crónica Ficção e História*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2 vols. 1988.

No início da década de 70, esta oposição à guerra era já aberta e radical, numa altura em que o próprio regime marcelista se viu enredado num nó górdio de que, mesmo que quisesse (e pareceu timidamente querê-lo...) se não conseguia libertar – a guerra era para “perder com dignidade”, duplicando o desastre da Índia de 1961, com base no hipócrita argumento de não poderem ser deixadas ao abandono as populações portuguesas em África.

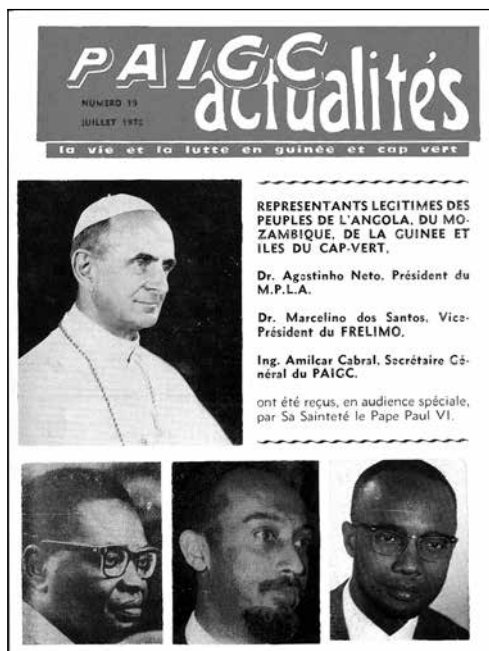
A luta anticolonial colocou em ação grupos de luta armada contra objetivos coloniais, a partir de 1970 e, em 1973, atingiu o próprio reduto militar de sustentação da guerra – um movimento de patentes intermédias das Forças Armadas preparou e levou à prática a queda do regime, ao mesmo tempo que António Spínola – um dos generais mais carismáticos -, publicava “Portugal e o Futuro”, uma antologia refrescada das velhas ideias neocolonialistas apresentadas pelos críticos do regime em 1961-1962, mas com a feliz consequência de desatar o nó em que Marcelo Caetano se enredara – a partir daí era claro que uma parte da hierarquia militar que tinha feito a Guerra Colonial se recusava a continuar o esforço de guerra, propondo uma saída política, como a única capaz de pôr fim ao conflito.



Manifesto de protesto pela visita de Marcelo Caetano a Londres. 16 de julho de 1973.

A partir de meados dos anos 60, são então múltiplos os atores que contestam a Guerra Colonial, alguns saídos de áreas políticas que tinham sido fulcrais na manutenção do regime, com o é o caso da Igreja Católica.

Tocados pelo espírito do Concílio Vaticano II, alguns católicos lançam o designado “Manifesto dos 101 Católicos”, dado a público em 4 de outubro de 1965, uma primeira pedrada no charco pantanoso do regime. Denunciam a prisão de missionários negros e exaltam a ideia papal de “Primavera dos Povos” transmitida em 1960 em mensagem aos Fiéis de África, em prol da “progressiva realização do acesso à soberania desses povos”, ao mesmo tempo que evidenciavam as primeiras palavras de Paulo VI³⁵, no início do seu Pontificado: “Saudemos o despertar de África para a maturidade civil, e consequentemente, para a liberdade, independência e progresso”.



O papa Paulo VI recebe os líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, a 1 de julho de 1970
Arquivo da FMS

(35) Na linha da sua vocação anticolonial, Paulo VI receberá no Vaticano, em 1 de julho de 1970, os três líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas: Amílcar Cabral (PAIGC), Agostinho Neto (MPLA) e Marcelino dos Santos (FRELIMO).

Davam voz a este Manifesto (longo de 17 páginas) nomes como Sophia de Mello Breyner, João Bénard da Costa, Gonçalo Ribeiro Telles, Luís Lindley Sintra, Alçada Batista e Nuno Teotónio Pereira, estes dois últimos ligados a futuros projetos editoriais que foram decisivos na denúncia do regime fascista-colonialista – o primeiro na revista *O Tempo e o Modo* e o segundo num vasto conjunto de publicações que tinham começado em 1963 em *Direito à Informação*, se continuaram pelos *Cadernos GEDOC* (da iniciativa do Padre Felicidade Alves) e depois pela publicação do *BAC – Boletim Anti-Colonial* (outubro de 1972 – agosto-setembro de 1973), este antecedido pela publicação de *Sete Cadernos Sobre a Guerra Colonial* (1971).



BAC - Boletim Anticolonial, 1972 - 1973

Sobre os objetivos e fins do *BAC* é o próprio Nuno Teotónio Pereira que diz que os nove números do Boletim foram publicados “Com a intenção de fazer luz sobre as guerras coloniais e os seus antecedentes, combatendo a total desinformação dos portugueses (...)”. Neles foram publicados números rigorosos sobre as baixas portuguesas nas três frentes de combate, sobre os crimes de guerra e massacres perpetrados pelo Exército e pela polícia política, sobre o tratamento dos prisioneiros, sobre a utilização de armas químicas ou ainda sobre os massacres que antecederam o início da Guerra (na Baixa do Cassan-

ge, em Batepá, em Pidgiguiti, em Mueda...) e voltaram a ensombrá-la no seu período final, particularmente em Moçambique.

Depois do “Manifesto dos 101 Católicos”, este setor progressista (designado por vezes de “católicos progressistas”) nunca mais deixou de combater o regime colonialista e de fazer chegar a informação às populações (crentes ou não crentes), aos quartéis e às frentes de combate nas colónias, multiplicando atos de protesto, manifestações e vigílias. De todas, a de maior impacto foi a “Vigília pela Paz”, promovida na Capela do Rato (Lisboa), na noite de 31 de dezembro de 1972, desde logo pela relativa simpatia com que foi seguida por parte importante da hierarquia da Igreja, mas também pela clareza das duas moções políticas que aí foram aprovadas, em que se denunciava a violência do Governo português para manter a “exploração” dos povos coloniais e o silêncio cúmplice “dos bispos portugueses”, ao mesmo tempo que era manifestada «solidariedade com os povos das colónias em luta pela sua libertação”.

Este movimento de católicos da metrópole teve também uma dimensão considerável nas colónias, particularmente em Moçambique, onde dois bispos portugueses tiveram a coragem de denunciar o uso da violência para manter a exploração das populações nativas. Conhecedores do uso desta violência excessiva e bárbara e da desconsideração a que eram votados os povos nativos, os bispos D. Sebastião Soares de Resende³⁶ e D. Manuel Vieira Pinto³⁷ não abdicaram do seu *múnus* sacerdotal e foram, por esse motivo, desconsiderados ou, no caso do último, afastado compulsivamente da sua diocese, em janeiro de 1974.

Foi também da Igreja – dos “Padres de Burgos” e de outras comunidades missionárias -, que partiram as denúncias das prisões e massacres de grande dimensão que ocorreram no período final da guerra – no caso de Wiriyamu,

(36) Pessoa não grata ao regime, pela acuidade das suas homilias e artigos na imprensa, a denunciar a “exploração colonial”, passou a ser seguido pela PIDE, por ser considerado pelo Governo um bispo “esclarecido” e “não obediente”, apoiante da formação de padres negros, contra a vontade e simpatia do Governo de Lisboa. Vide a propósito Pedro Ramos Brandão, *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique, notícias editoriais*, Lisboa, 2004.

(37) D. Manuel Vieira Pinto (1923-2020), Bispo de Nampula, foi preso depois da homilia que fez em 1 de janeiro de 1974, acusado de “filo-comunista” e compulsivamente afastado da sua Diocese, tendo chegado a Lisboa no dia 15 de abril de 1974, por altura da Páscoa. A sua expulsão foi acompanhada da expulsão de 5 padres combonianos e de 2 padres portugueses (Rogério de Sousa e Manuel Horta).

em 1972, a denúncia feita ao *Times* pelo Padre Adrian Hastings, deu a conhecer ao mundo uma prática continuada de violência, que nesta fase final da guerra tomava foros completamente inaceitáveis para a consciência mundial.

A luta anticolonial dos “católicos progressistas” teve a acompanhá-la, a partir de 1970, a ação decidida da esquerda radical, multiplicada por dezenas de grupos resultantes de cisões resultantes da dissidência levada a cabo por Francisco Martins Rodrigues, no PCP, em agosto de 1963. As críticas de Martins Rodrigues ficariam sintetizadas no documento *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, onde defendia uma “revolução proletária armada”, por oposição à “revolução democrática nacional” do PCP. Desta cisão nasce a FAP, direcionada para a luta armada e mais tarde, em abril de 1964, o CMLP (Comité Marxista-Leninista Português). São grupos que irão fragmentar-se e radicar as suas bases em especial no estrangeiro e que, na sequência do conflito sino-soviético, vão alinhar pelo *maoísmo*. No interior do país, dois destes grupos conseguirão alguma implantação – o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), fundado em setembro de 1970 e a OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa), criada em final de 1972 a partir da fusão de *O Comunista e de o Grito do Povo*.

Em defesa da “revolução proletária”, desenvolvem uma ação de rua mais direta e de confronto com a polícia e elegem como seu principal objeto de luta a guerra colonial, apontando novas metas e novas formas de luta: “Desertamos com armas” era um dos gritos de guerra da OCMLP, em parte por oposição à posição do PCP e mais tarde do PCP (ml), que defendiam o alistamento e a participação na Guerra Colonial, o primeiro com a finalidade de doutrinar e aliciar militares para o futuro “levantamento nacional” e o segundo com a finalidade de promover a formação militar e o manejo de armas, seguidos de deserção. No interior do país, estes grupos de orientação marxista-leninista chegam a constituir nas escolas grupos unitários, como aconteceu com os CLAC’s (Comités de Luta Anticolonial). No estrangeiro, os exilados, na altura muito representados por refratários e desertores, estabelecem relações estreitas com os comités de luta anticolonial existentes em países como a Holanda, a Dinamarca e a Suécia³⁸.

(38) Cf. A este propósito José Manuel Cordeiro Ramos, “Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 2010 <https://journals.openedition.org/rccs/1743?lang=en>

O ativismo dos grupos marxistas-leninistas teve, fundamentalmente, um papel de agitação, tanto nos meios estudantis – de onde saíram na década de 70 uma boa parte dos futuros oficiais para manter a guerra –, como nos meios operários onde conseguiram implantar-se.

No entanto, a “luta armada” contra objetivos concretos associados à Guerra Colonial acabará por partir do PCP – através da A.R.A. – Ação Revolucionária Armada - e das Brigadas Revolucionárias, um grupo político formado por dissidência do PCP, a partir da FPLN, em Argel, e dirigido por Isabel do Carmo e Carlos Antunes.

No caso da A.R.A., um dos operacionais, Raimundo Narciso, descreve deste modo a sua formação: “No fim de 1964 parti para Moscovo e depois para Havana, com Rogério de Carvalho, para frequentar um curso militar, na sequência da decisão do PCP de criar uma organização autónoma para as ações armadas”³⁹. As primeiras tentativas, dirigidas contra objetivos militares associados à Guerra Colonial falham, por falta de preparação operacional. No entanto, depois de alguns insucessos, entre 1970 e 1973, a organização desenvolveu cerca de uma dezena de ações revolucionárias armadas, das quais se destaca, pelas suas repercussões materiais e políticas., o “Assalto à Base Aérea de Tancos”, em 8 de março de 1971, de que resultou a destruição de 28 aviões e helicópteros, 15 deles totalmente inutilizados.



Atentado da A.R.A - Imagem da destruição da Base de Tancos,
7.3.71- O Século

(39) Vide Raimundo Narciso, A.R.A. *Ação Revolucionária Armada a história do braço armado do PCP*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2000, p. 15.

Na mesma linha de orientação se desenvolveram as ações revolucionárias das Brigadas Revolucionárias, responsáveis igualmente por várias ações armadas que atingiram objetivos militares associados à Guerra Colonial, como aconteceu em julho de 1972 com a destruição, em Braço de Prata, de 15 camiões que iam ser entregues ao Exército Português.

Questão hoje já não controversa é o do papel que tiveram nesta guerra refratários e desertores, vistos durante o conflito como “traidores” pela administração político-militar e encarados, no mínimo, como anti-patriotas por uma população “domesticada” pela forte propaganda oficial e pelas restrições da censura, onde as mortes tiveram, durante muito tempo, um impacto localizado. Numa mobilização de 800 mil soldados recrutados internamente, há a registar a deserção de cerca de 8639 homens, a maioria a partir da metrópole, normalmente numa fase imediatamente anterior à mobilização para a frente de combate. No entanto, foram mesmo assim muitos os que desertaram da frente de combate, correndo riscos enormes de vida, numa África ainda muito marcada pelas guerras de libertação e pelas descolonizações. De Angola desertaram 2257, de Moçambique 1227 e da Guiné 214. Nem todos se passam para as forças inimigas, por serem muito variados os motivos da deserção, mas são muitos os que apontam a objeção à guerra como a razão que, num qualquer momento do seu processo de deserção, os levou a abandonar a frente de combate.

Sendo um fenómeno raro no início do conflito, tomou enorme proporção no princípio dos anos 70, tendo-se verificado a deserção de 1405 homens em 1973. Algumas deserções tiveram impacto internacional considerável, como aconteceu com a fuga de 10 oficiais, em 23 agosto de 1970, pela fronteira norte do país, com destino a Paris. Daí, alguns demandaram a Suécia, onde sabiam poder ser acolhidos por comités de apoio que os ajudariam a obter asilo político⁴⁰.

(40) Cf. Fernando Mariano Cardeira, *Crónica de uma Deserção. Retrato de Um País*. Âncora Editora, Porto, 2021.



PAIGC Actualités, setembro de 1970 - anuncia 6 oficiais desertores do Exército Português - Espólio Fernando Mariano Cardeira

Para além da deserção, um outro fenómeno de resistência e oposição merece ser mencionado – o dos refratários, que normalmente se recusavam a iniciar a recruta, depois de terem sido apurados para serviço militar, ou que se recusavam mesmo a ser submetidos ao serviço de apuramento militar, que acontecia, por regra, aos dezoito anos⁴¹.

(41) Cf. A este propósito Miguel Cardina, “A deserção à guerra colonial: história, memória e política”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 38 (2020): Exílios e Exilados, p. 181-204, https://impactum-journals.uc.pt/rhi/article/view/2183-8925_38_8/6400

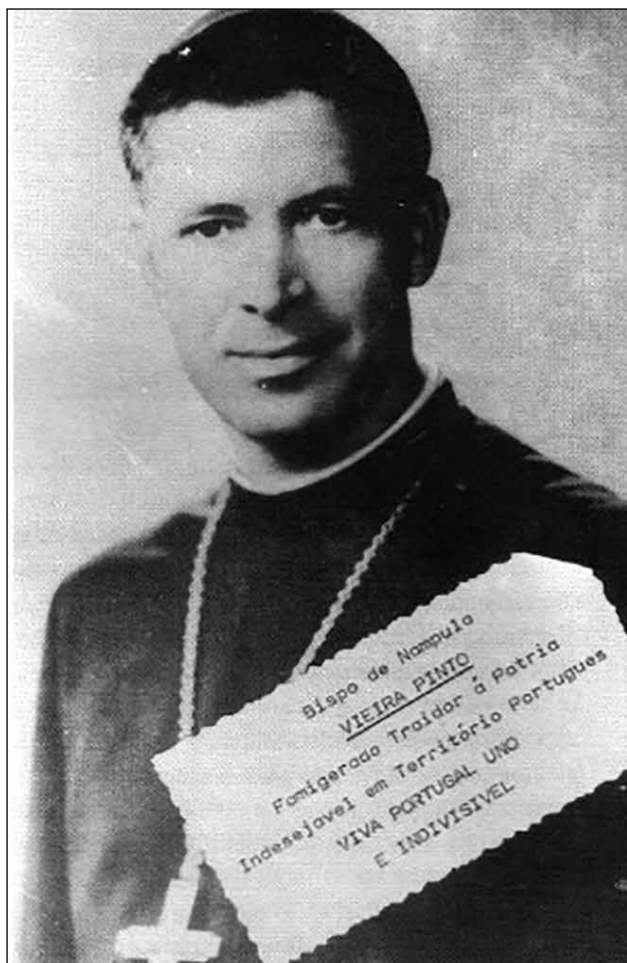
DO LADO CERTO DA HISTÓRIA



Libertação, em 1973, do Reverendo Joaquim Pinto de Andrade. De esquerda para direita: Mário Brochado Coelho, Joaquim Pinto de Andrade, Maria Vitória e Nuno Teotónio Pereira - CIDAC.

1969 correspondeu a um momento de charneira para aquilo a que viria a ser a transição no sistema político português, com a implantação de um regime democrático e a descolonização dos espaços sob administração portuguesa no horizonte mais próximo.

A oposição, embora dividida (entre CDE e CEUD) decidiu ir, pela primeira vez, até às urnas nas eleições para a Assembleia Nacional desse ano. Antes dessa decisão, havia-se tentado constituir uma frente comum, consubstanciada naquela que viria a ser a “Plataforma de Ação Comum de S. Pedro de Moel”. E aí, também pela primeira vez, unindo setores diferentes da oposição (republicanos, socialistas e comunistas), é assumida uma posição unitária sobre a solução para a Guerra Colonial e a descolonização, a qual passava pela «resolução pacífica e política das guerras do ultramar, na base do reconhecimento dos direitos dos povos à autodeterminação», ainda que «precedida de um amplo debate nacional».



D. Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula, expulso da sua Diocese em final de 1973, em virtude ser considerado *persona non grata* pelo Governador de Moçambique.

A ideia da urgência de uma resolução política para o problema colonial ganhou, a partir de 1969, um lastro de consenso alargado entre as elites oposicionistas e voltou a estar no centro do debate no III Congresso da Oposição Democrática (Aveiro, abril de 1973). A questão foi aflorada por diferentes participantes e, de forma muito premonitória, por um jovem estudante exilado na Suíça, José Medeiros Ferreira, com uma comunicação intitulada “Da Necessidade de um Plano Para a Nação”.



Manifestação de solidariedade pela “África em Armas”, promovida pelo Comité de Estocolmo em 25 de setembro de 1973 - CIDAC

Que continha o Plano de premonitório? Pois bem, que para ultrapassar 40 anos de amorfismo, silenciamento e despolitização se deveria pensar num plano centrado sobre “3 D’s” – descolonizar, desenvolver, democratizar, a que acrescentava um quarto ponto – socializar que, para Medeiros Ferreira, significava imprimir modificações económicas e sociais ao país em ritmo acelerado, dado o seu atraso acumulado em relação à Europa do Mercado Comum. Descolonizar era, para Medeiros Ferreira um dos “3 D’s” – o primeiro por sinal, numa visão porventura diferente de outras correntes de opinião que acreditavam que a descolonização só poderia ser realizada depois da implantação de um poder democrático. Ora, o jovem exilado apresentava ainda uma outra ideia inovadora e até aparentemente paradoxal. Considerava ele que o Exército Colonial, fortemente cansado de um esforço de guerra inglório, e assediado pela necessidade de incorporação de milicianos no seu corpo de efetivos, podia muito bem realizar, num tempo mais próximo do que o esperado, uma rutura institucional⁴².

(42) Cf. A este título Luís Farinha, “Medeiros Ferreira e o III Congresso da Oposição Democrática (1973): teses com futuro”, in *O longo Curso Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira* (Coord. de Pedro Aires Oliveira e Maria Inácia Rezola), Tinta da China, p. 330-344.



Grupo de “Padres Brancos” expulsos de Moçambique em março de 1971, acusados de apoiar a FRELIMO - CIDAC

Pode dizer-se que o jovem exilado estava – com todos os que estiveram em “Aveiro 73” e com os que por essa altura já planeavam o “25 de Abril de 1974”⁴³ -, do lado certo da História. Temos hoje dificuldade em saber quem inventou os “3D’s” que vieram a dar base ao “Programa do MFA” em 25 de Abril de 1974, se Medeiros Ferreira se os “Militares de Abril”. Há, contudo, um juízo, não muito afoito, que podemos formular: civis como Medeiros Ferreira estavam em condições de perceber o clima tumultuoso que se vivia nas Forças Armadas, ao ponto de prever uma rutura institucional; e militares – alguns presentes em “Aveiro 73” – conseguiram na altura perceber como a

(43) O Congresso da Oposição Democrática de Aveiro reuniu-se em 8 de abril de 1973. Poucos meses depois, em julho, um grupo de oficiais de média patente decidiu reunir assinaturas para formar um Movimento das Forças Armadas que, ao invés de continuar a apoiar a Guerra Colonial, se preparasse para lhe pôr cobro. A primeira reunião ocorreu em setembro de 1973, poucos meses antes do “25 de Abril de 1974”.

sociedade civil e a elite política oposicionista estava, de forma definitiva, disposta a assumir a necessidade histórica de autodeterminação e independência das colónias –, o que nem sempre tinha acontecido antes.

Bulletin du MAI 1973 - N°1

COMITE DE SOUTIEN

aux Deserteurs et Refractaires Portugais

SOUTENONS LES DESERTEURS PORTUGAIS

Cela fait plus de 10 ans que les peuples d'Angola, Guinée-Bissau et du Mozambique ont commencé la lutte armée contre le colonialisme portugais pour la libération de leur pays.

Les victoires de ces peuples dans tous les fronts (militaire, politique, diplomatique) ont acculé le colonialisme portugais l'un des derniers recoins du colonialisme mondial, à des situations intenable.

Ne pouvant plus, tout seul, supporter le poids de telles guerres, le colonialisme portugais a recours à l'aide croissante des pays impérialistes (USA, RFA, France, etc).

Tandis que le gouvernement portugais est méprisé par tous les peuples du monde, les luttes

héroïques des peuples africains ont le soutien inébranlable de tous les peuples.

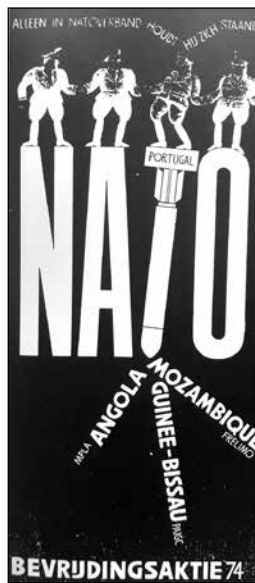
De la part du peuple portugais ce soutien s'exprime par une résistance à la guerre coloniale-impérialiste, menée depuis quelques années.

Boletim de Apoio aos Refratários e Desertores portugueses - CIDAC

Neste contexto, a publicação de “Portugal e o Futuro” pelo general António de Spínola, em fevereiro de 1974, sem deixar de ter um significado e um peso indelével no esboroamento da estrutura militar de comando, não deixa de ser um epifenómeno de transgressão e, em simultâneo, uma forma de o seu autor se colocar em fila e à porta da nova situação político-militar que iria sair da Revolução de Abril.



Publicação da representação do MPLA em Estocolmo, 1972 - CIDAC



Cartaz de apoio aos movimentos nacionalistas
MPLA, PAIGC e FRELIMO - CIDAC

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo de História Social do ICS da Universidade de Lisboa

Arquivo Casa Comum – Fundação Mário Soares

Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra

Arquivo do Museu do Aljube Liberdade e Resistência

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Arquivo de Oliveira Salazar

Arquivo da PIDE/DGS – IAN/TT

FONTES PRIMÁRIAS

ARRIAGA, Kaúlza de, “A Defesa Nacional Portuguesa Nos Últimos 40 anos e no Futuro”, Conferência proferida em Outubro de 1966 nas Comemorações do XI Aniversário da Revolução Nacional, s/n.

BAC – Boletim Anti-Colonial 1 a 9, Afrontamento, Porto, s/d.

Cadernos GEDOC, Grupo de Estudos e Investigação de Documentos, Informações, Experiências, 11 números, Fundo Pe. Felicidade Alves, FMS.

Guerra Colonial, Diário de Notícias (Coord. Aniceto Afoinso e Carlos Matos Gomes).

MELLO, Manuel Homem de, *Portugal o Ultramar e o Futuro*, Edição do Autor, 1962.

RODRIGUES, M.M. Sarmento, *Aos Portugueses da Índia*, AGU, Lisboa, 1955.

SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Ultramar*, arcádia, Lisboa, 1974.

FONTES SECUNDÁRIAS

ANTUNES, José Freire. Salazar e Caetano – Cartas secretas 1932-1968, *Difusão Cultural*, Lisboa, 1994.

Bethencourt, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998)*, vol. V, Temas e Debates, Lisboa, 2000.

BRANDÃO, Pedro Ramos, *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique*, notícias editorial, Lisboa, 2004

CARDEIRA, Fernando Mariano, *Crónica de uma Deserção. Retrato de Um País*. Âncora Editora, Porto, 2021.

CARDINA, Miguel, “A deserção à guerra colonial: história, memória e política”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 38 (2020): Exílios e Exilados, p. 181-204, https://impactum-journals.uc.pt/rhi/article/view/2183-8925_38_8/6400

CASTELO, Cláudia, *Passagens para África O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, BCS, Edições Afrontamento, Porto, 2007

CORREIA, Pedro Pezarat. “Descolonização”. In *Do Marcelismo ao fim do Império*, (coord.) J. M. Brandão de Brito, 101-224, Editorial Notícias, Lisboa, 1999.

FARINHA, Luís. *Francisco Pinto Cunha Leal – Intelectual e Político – Estudo Biográfico (1888-1970)*, PhD diss., Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

FARINHA, Luís, “Do Império Português à Descolonização Henrique Galvão e o Império”, in *História*, ANO XXII (Nova Série), número 21, Janeiro de 2000.

FARINHA, Luís, “Medeiros Ferreira e o III Congresso da Oposição Democrática (1973): teses com futuro”, in *O longo Curso Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira* (Coord. de Pedro Aires Oliveira e Maria Inácia Rezola), Tinta da China, Lisboa, 2010, p. 330-344

LOPES, Filipa Sousa, “O silenciar da oposição ao Estado Novo na questão de Goa (1954)”, in *Violência política no Século XX Um Balanço* (Coord. Ana Sofia Ferreira, João Madeiros e Pau Casanelas, IHC.

https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3657477/Violencia_politica_no_seculo_XX.pdf

MADEIRA, João. *História do PCP*, Tinta da China, Lisboa, 2013.

MANYA Judith. “Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921-1974)”, PHD, diss. Centre D’Études D’Afrique Noire da Universidade Montesquieu, 2008.

MATOS, Patrícia Ferraz de, *As Cores do Império Representações Raciais no Império Colonial Português*, Estudos e Investigações, 41, ICS, Lisboa, 2006.

NARCISO, Raimundo, A.R.A. *Ação Revolucionária Armada a história do braço armado do PCP*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2000.

NOGUEIRA, Franco. *Salazar*, vol. IV e V., Civilização, Lisboa 2000.

OLIVEIRA, Pedro Aires. *Os despojos da Aliança a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975*, Tinta da China, Lisboa, 2007.

PIMENTEL, Irene Flunser. *História da Oposição à Ditadura 1926-1974*, Figueirinha, Porto, 2013

PROENÇA, Maria Cândida. “A questão colonial — O Imperio: mito e realidade”. In *História da Primeira República Portuguesa*, coord, Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, 205-228, Tinta da China, Lisboa, 2010.

RAMOS, José Manuel Cordeiro, “Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88, 2010 <https://journals.openedition.org/rccs/1743?lang=en>

ROSAS, Fernando e Brito, J.M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 vols, Bertrand Editora, Venda Nova, 1996.

STOCKER, Maria Manuel, *Xeque Mate a Goa*, Temas e Debates, Lisboa, 2005.